



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Política de Educação**

## **DESAFIOS PARA SER DOUTORA EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL – DADOS PRELIMINARES**

**MARIA LUCIA TEIXEIRA GARCIA<sup>1</sup>**

**LEILA MARCHESI T. MENANDRO<sup>2</sup>**

**MAURICIO S SABADINI<sup>3</sup>**

**GARY SPOLANDER<sup>4</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo refletir sobre motivações e barreiras para fazer o Doutorado na área de Serviço Social e como tem sido atrativo ou não para assistentes sociais brasileiros e/ou estrangeiros que estudam em PPGs da área 32 da CAPES no Brasil. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, envolvendo 112 doutorandas/os com matrícula ativa em PPGs da área. Os dados apontaram que a busca por qualificação e aspirações pela docência impulsionaram a busca pelo Doutorado. Entre as barreiras destacaram problemas relacionados a questões de trabalho, valor da bolsa, assédio, entre outros. A conclusão da pesquisa, ainda em andamento, possibilitará o aprofundamento na análise sobre motivações e barreiras enfrentadas por discentes deste nível em Programas de Pós-Graduação da área.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Pós-Graduação; Doutorado; Brasil

### **ABSTRACT**

This paper aims to reflect motivations and barriers to doing a PhD in Social Work field and how it has been attractive or not for Brazilian and/or foreign social workers studying in in CAPES PPGs of the 32 area in Brazil. This is a qualitative-quantitative research, involving 112 PhD students actively enrolled in PPGs in the area. The data showed that the search for qualifications and aspirations for teaching drove the search for a PhD. Among the barriers, problems related to work

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>2</sup> Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>3</sup> Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>4</sup> Robert Gordon University

issues, scholarship value, harassment, among others, were highlighted. The conclusion of the research, which is still ongoing, will enable a deeper analysis of motivations and barriers faced by students at this level in Postgraduate Programs in the area.

**Keywords:** Social Work; Post-Graduate; PhD; Brazil.

## 1. Introdução

O Serviço Social, como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, é indispensável à sociedade capitalista (Iamamoto; Carvalho, 2011). No Brasil, a primeira Escola de Serviço Social surgiu em 1936 em São Paulo (Iamamoto; Carvalho, 2011) e somente em 1972 foram criados os primeiros cursos de Mestrado na área de Serviço Social (Capes, 2017), momento em que o capitalismo mundial começava a dar seus primeiros sinais de crise que se intensificariam nas décadas seguintes do século XX (Mészáros, 2002), e que se perpetua ao longo do século XXI.

Se a formação, em nível superior, é um requisito mínimo para a atuação profissional, as titulações em níveis de mestrado e de doutorado representam não apenas uma busca pela formação mais qualificada, mas também por melhores colocações e remunerações no mercado de trabalho. Dados do perfil de assistentes sociais (CFESS, 2022) sinalizam que o rendimento das profissionais em 2019 era muito baixo: 24,52% recebiam entre 2 e 3 mil reais; 18,05%, entre 1 e 2 mil reais; 12,20%, entre 3 e 4 mil reais; e apenas 8,63% entre 4 e 5 mil reais. Assim, a bolsa de Doutorado de R\$3.100,00 é uma quantia superior ao salário para 42% das assistentes sociais.

Em termos internacionais, os programas de doutoramento na área de Serviço Social sofreram alterações: houve expansão de programas de doutorado profissional – (DSW em inglês) (Acquavita; Tice, 2015; Lightfoot; Zheng, 2020; Lee *et al.*, 2023). Tal tendência não foi seguida pelo Serviço Social no Brasil, onde os PPGs são todos acadêmicos.

Ao mesmo tempo, em tempos de crise capitalista, as universidades têm experimentado cortes orçamentários, redução na demanda de estudantes e perda de docentes, entre outras situações. No Reino Unido, por exemplo, mais de um quarto das universidades anunciaram programas de demissão de pessoal, fechamento de departamentos e cursos. O mesmo ocorre no Brasil, que desde 2015 vem registrando queda de financiamento das universidades, das agências nacionais de fomento e cortes de bolsas de pesquisas para a pós-graduação (Santana; Stampa; Carvalho, 2020). O movimento da crise capitalista se manifestou em vários níveis de mediação, ideológico e político, apontado décadas atrás por Anderson (1995), e no plano econômico nas regras de austeridade implantadas como “solução” para a crise estrutural do capital. No Brasil, uma série de medidas foram implantadas, sobretudo após as crises do México (1994), Ásia (1997) e Rússia



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

(1998), tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), a PEC do “teto de gastos” (2016) e o “arcabouço fiscal” (2023), mais recentemente; além de uma série de outras políticas e reformas, como as de privatização, trabalhista, previdenciária etc., que têm os cortes orçamentários, sobretudo na área social, como um dos eixos centrais. Entretanto, os cortes na área da ciência incidiram de forma diferente as áreas de conhecimento. Ribeiro, Oliveira e Garcia (2023) destacaram que, a despeito de todas as áreas de conhecimento terem sofrido redução no número de bolsas de pesquisa, há disparidades entre as diferentes áreas.

No que tange ao nosso objeto de estudo, até 2022, dos 36 programas de pós-graduação vinculados ao Serviço Social no país (área 32), 20 ofertavam mestrado e doutorado, sendo 1 da área de Economia Doméstica (GeoCapes, 2024). Dados do relatório da Quadrienal 2014-2017 da Capes destacaram que 70% das/os doutorandas/os da área são graduadas/os em Serviço Social. Embora os dados quantitativos apontem numa direção, concordamos com Anastas e Kuerbis (2009) – sabemos pouco sobre as e os estudantes de doutorado em Serviço Social. Em termos de literatura, identificamos pesquisas nacionais sobre este nível (como o de Clancy *et al.*, 2014), mas que não exploram a particularidade da área: predomínio feminino e PPGs apenas acadêmicos.

Levando em consideração o movimento de crise muito brevemente aqui apontado, algumas perguntas vão surgindo, tais como: quem são as/os discentes do Doutorado da área de Serviço Social? Por que escolheram o doutorado? Que barreiras enfrentam no percurso?

Diante deste contexto, este artigo tem por objetivo refletir sobre motivações e barreiras para fazer o Doutorado na área de Serviço Social e como tem sido atrativo ou não para assistentes sociais brasileiras/os e/ou estrangeiras/os que estudam em PPGs da área 32 da Capes no Brasil. Para tanto, o texto está organizado em mais 3 seções, além desta Introdução.

## **2. Doutorado em Serviço Social no Brasil: um panorama geral**

O primeiro curso de doutorado no Brasil e na América Latina data de 1981, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), momento em que o Brasil vivia o período de transição lenta e gradual da ditadura (instaurada pelo golpe de 1964), por pressão do movimento democrático e popular, para um regime político formalmente democrático (Netto, 2009). A passagem dos anos 70 aos 80 do século passado, com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais, abriu perspectivas para assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo e se colocavam comprometidas com os interesses da classe trabalhadora, preocupada com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investimento na qualificação



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

profissional e na pesquisa (Netto, 2005). Yazbek, Bravo e Raichelis (2019) destacam que esse processo de ruptura com a matriz conservadora ensejou a construção do que veio a ser denominado projeto ético-político do Serviço Social no Brasil.

Na Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) submetido à Capes, de criação do curso de Doutorado em Serviço Social da PUC-SP, argumentava-se que havia no país uma demanda de **27 mestres** que constituíam em clientela potencial e alvo do projeto. Entre 1981 e 1989, o Programa tituló 8 doutores em Serviço Social. No relatório de 1988, a Capes destacava que existiam no país 450 cursos de mestrado e doutorado, distribuídos em 63 instituições de ensino superior (Brasil, 1989).

Nas décadas subsequentes tivemos a expansão dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social, notadamente nas universidades federais – 4 nos anos 1990 (UNESP, UFRJ, PUC/Ser, UFPE) e 14 após os anos 2000 (UFMA, PUC-Rio, UnB, UERJ, UFF, FUFPI, UEL, UFSC, UFES, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL, UFJF). Nestas décadas, o país já tinha passado por algumas transformações que sinalizavam para as políticas de austeridade que se intensificaram cada vez mais. Pereira (2007) destacou que, em decorrência do ajuste fiscal, a pós-graduação vivenciou corte no número de bolsas e congelamento nos valores das bolsas entre 1995 e 2002 – no caso do Doutorado, as bolsas da Capes diminuíram a oferta em 13% em um ano [entre 1997-1998] (Maringoni, 1998).

A implantação e a expansão da Pós-Graduação situaram o Serviço Social na dinâmica do fomento à pesquisa e à pós-graduação no Brasil (Silva; Carvalho, 2007). Com essa expansão a área vivenciou incremento de sua produção intelectual. O avanço da pós-graduação em Serviço Social se inscreveu no interior do movimento de criação do “Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social” (Netto, 1990; Silva, 2006). A área contém 3 tipos de PPGs – aqueles com denominação em Serviço Social (26), com denominação em Política Social (7) ou Políticas Públicas (3), e em Economia Doméstica (1). Destes, possuem doutorado 13 PPGs em Serviço Social, 4 em Política Social e 2 em Políticas Públicas. Com a expansão dos PPGs a partir do ano 2000, os cursos de Doutorado foram implementados, a partir de 2011, no Norte (UFPA), no Nordeste (UFPI, UFAL e UFRN), e no Sudeste (UFES e UFJF). Entretanto, permanecem vazios geográficos no Norte e Sul (Paraná) do país, bem como no Centro-Oeste e interior de Minas Gerais. Essa distribuição geográfica (e seus vazios) acompanha o próprio processo de concentração e centralização do capital entre as regiões brasileiras.

Assim, mesmo após a expansão dos PPGs na área do Serviço Social o número de doutoras/es na área cresceu de forma lenta entre os anos 2004 e 2019 (CFESS, 2005; 2022): de 1,2 para 2%<sup>5</sup>. Se observarmos a relação entre número de matriculadas/os e número de PPGs da área, essa relação variou entre 34 por PPG em 1998 e 48,7 em 2022. A relação matrículas por PPG, em 26 anos, passou de 34 para 45,6 (variação de 11,6), com períodos de declínio entre 2004-2014 e 2016-2018. Em 2023, a relação matriculadas/os por número de PPGs (45,6) foi similar aos dos anos de 2001 e 2021 (45 e 45,5, respectivamente).

As variações percebidas na demanda por Doutorado podem se justificar por diversos motivos, entre eles, inferimos: a necessidade de mobilidade entre estados e regiões para acessar o PPG; a dificuldade em se afastar do trabalho para cursar o doutorado; os processos seletivos acirrados; o valor da bolsa de pesquisa; a dificuldade em acessar bolsa de pesquisa; entre outros. Sobre as bolsas distribuídas pelos PPGs, Delagostin (2023) indica que em 2005 o percentual de cobertura das bolsas de Doutorado alcançava 25% do total. Em 2022 esse percentual chegou a 36% (o mesmo observado em 2013). Há ainda a desvalorização do valor da bolsa: Delagostin (2023), utilizando o IPCA de 2022, indica que o valor da bolsa em 1995 correspondia a R\$ 6.835,00, enquanto hoje, a Capes paga R\$ 3.100,00 (menos de 50% do praticado há 29 anos). Isso reduz a atratividade dos cursos para estudantes como apontado no Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG de 2024-2028) (Brasil, 2023).

Há ainda reversão de expectativas em relação à carreira docente nas universidades, usualmente o principal destino de doutoras/es – duas/dois em cada três doutoras/es empregadas/os em 2017 trabalhavam no setor de educação superior (CGEE, 2024). Em 2021, 85,2% das/os doutoras/es empregadas/os exerciam atividades classificadas no grande grupo ocupacional *Profissionais das ciências e das artes*, menor que o encontrado no ano de 2010 (87,5%). 4,7% estavam empregadas/os em atividades classificadas como ocupações típicas de *técnicos de nível médio* (CGEE, 2024). Temos um conjunto de questões que comparecem aqui e que se articulam: a crise estrutural do capital ao longo das décadas, as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, as "reformas" que redefinem o papel do Estado na sua relação com a educação, as condições e relações de trabalho, crescimento da evasão e baixa procura por cursos de graduação, além da expansão do Ensino à Distância (72% de alunas/os ingressantes no Ensino Superior privado em 2022) (INEP, 2023).

---

<sup>5</sup> Em 2024, aproximadamente, 240.000 assistentes sociais tinham registro ativo nos Conselhos Regionais. Em 2019, o recadastramento do CFESS (2022) demonstrou que 2% do total das/os profissionais com registro ativo declarou ter título de doutorado e 10,52% de Mestrado.

Ao mesmo tempo, enfrentamos uma crise que afeta o financiamento da agência responsável pela formação de recursos humanos em nível de Pós-Graduação em nosso país, a Capes. Esta crise tem seu caráter estrutural, como crise que se manifesta no seio do capitalismo desde os anos 1970, momento de criação do primeiro curso de Pós-Graduação em Serviço Social no país, e também apresenta suas particularidades nacionais e regionais, historicamente constituídas a partir da dinâmica regional desigual entre as regiões brasileiras. Diante disso, diversas políticas foram adotadas ao longo das décadas na economia brasileira e tiveram impacto direto nos setores considerados essenciais, como saúde e educação.

Naturalmente, as universidades não ficaram fora deste contexto (Inácio *et al.*, 2024). A ascensão do neoliberalismo e a implantação de uma política macroeconômica de caráter restritivo, tendo como pilares centrais, dentre outros, as elevadas taxas de juros e metas de superávits primários, geraram e continuam gerando uma submissão aos movimentos especulativos do capital, representados, por exemplo, pela transferência de riqueza para o pagamento dos serviços da dívida pública, e, como consequência, comprometendo o orçamento público federal no tocante aos gastos sociais. Foram várias as aprovações de políticas que serviram de mediação para que os limites impostos pelo grande capital, e sua fração financeira que ampliou sua influência no capitalismo mundial e local, fossem intensificadas ao longo dos anos. Podemos citar, de forma resumida, a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 (Brasil, 2000) e a Emenda Constitucional de 2016 (Brasil, 2016), chamada de “Teto dos Gastos”, que restringiram os orçamentos das universidades federais e das agências de financiamento, com rebatimentos diretos na Pós-Graduação.

O orçamento público federal decrescente entre 2011-2023 direcionado à geração de ciência e de formação de pessoal de alto nível impactou o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A proporção da retração dos investimentos na Capes foi significativa: o valor orçado em 2024 é próximo ao de 2009 e de 2020 (Capes, 2024). O orçamento da Capes apresentou declínio desde 2015, e com Emenda Constitucional nº 95/2016 (Brasil, 2016) e os recorrentes cortes no orçamento das Universidades (Mancebo, 2017), comprometeram o acesso e a permanência das/os pós-graduandas/os para realização de seus estudos. Assim, a reflexão sobre a expansão dos PPGs no SNPG e, em específico, na área 32 é necessária, tendo como contexto os cenários de crise capitalista mundial, e a própria configuração do capitalismo na periferia do sistema, e suas repercussões na economia brasileira.

Em 2024, há 21 PPGs da área 32 com cursos em nível de Doutorado (excluído o Programa de Economia Doméstica da UFV), mas apenas 19 têm turmas ativas (UFPb e UFMT estão em processo de abertura de turmas). Com relação ao quantitativo de estudantes matriculadas/os, em 2023 constavam 866 doutorandas/os – similar aos dados de 2021 e 6% menor que 2022. Esta redução pode estar associada a vários fatores, entre eles, destacamos que a partir de 2022 não houve ingresso para o PPG em Serviço Social da PUC/RS.

Dados do GeoCapes<sup>6</sup> (2024) contabilizam que entre 1998 e 2023 foram tituladas/os 2.275 doutoras/es em PPGs da área. Embora nem todas as pessoas matriculadas ou tituladas sejam assistentes sociais, dados do relatório da quadrienal 2017 apontaram que cerca de 70% são graduadas/os em Serviço Social (Capes, 2017). Como pesquisadores, ao observarmos o corpo discente inscrito nos programas de pós-graduação na área – em realidades tão distintas no país – nos perguntávamos: o que faz as/os assistentes sociais brasileiras/os procurarem pela formação em nível de doutorado? Quais motivações e barreiras vivenciam no Doutorado?

### **Metodologia**

A pesquisa em andamento se trata de Estudo de caso, envolvendo doutoradas/os em Serviço Social matriculadas/os nos PPGs da área 32. Para tanto, desenvolvemos pesquisa documental – dados públicos da Plataforma Sucupira sobre lista das/os doutorandas/os vinculados aos PPGs da área 32 na Capes, em cursos de Doutorado com turmas ativas – e entrevista individual, uma vez que precisamos conhecer as/os estudantes e suas motivações para realizarem doutorado na área. Para acessar as/os estudantes, enviamos à/ao coordenadora/or de cada um dos PPGs da área 32 com Doutorado um questionário online (Google Forms) a ser preenchido pelas/os doutorandas/as com matrícula ativa no curso de doutorado. Eram critérios de inclusão: a) Estar matriculada/o em curso de Doutorado pertencente a área 32 na Capes; e b) Concordar em participar da pesquisa. No questionário levantamos dados sociodemográficos, motivação para busca do doutorado e barreiras para sua realização. Neste artigo analisamos os 112 primeiros questionários respondidos (a coleta ainda está em andamento), o que corresponde a 13% das matrículas em 2023. Com relação aos procedimentos éticos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em pesquisa da Ufes e recebeu o CAAE no. 77755424.0.0000.5542. Para fins deste artigo, para identificação das/os sujeitas/os de pesquisa utilizamos algarismos arábicos.

Por se tratar de pesquisa mista, os dados foram analisados quanti e qualitativamente. Para os dados quantitativos, realizamos análises de tendência central. Para os qualitativos, utilizamos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 10 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

análise de conteúdo com categorias estabelecidas a priori e posteriori. Dessa forma, a análise se estruturou a partir das categorias motivação e barreiras (entre essas, destacamos *gênero, trabalho e estudo, e saúde mental*) que emergiram das respostas fornecidas pelas/os estudantes.

### **3. Resultados e Discussão:**

Para fins de exposição, os resultados foram organizados em dados gerais sobre o Doutorado em Serviço Social disponíveis na Plataforma Sucupira (Capes) e dados das/os respondentes do questionário.

#### **3.1. O Doutorado em Serviço Social na Plataforma Sucupira (Capes)**

Em 25 anos de existência de cursos de Doutorado na área, o número de tituladas/os apresentou crescimento entre 1998 e 2006 (crescimento de 480%), seguido de queda entre 2006 e 2012 (crescimento negativo de 10%). Entre 2013 e 2019 a tendência de crescimento (75%) e declínio no período pandêmico (quedas aproximadas de 25% em 2020, 17% em 2021 e 10% em 2022), e retomada ao padrão de 2018 em 2023. A queda no número de tituladas/os estaria relacionada, entre outras possibilidades, às medidas de flexibilização do tempo de titulação pela Capes, com prorrogação excepcional do prazo das bolsas, em virtude da pandemia de Covid-19 (Capes, 2020). O relatório de gestão da Capes de 2021 apontava que essa redução se fez sentir em todo o SNPG, com prejuízos especialmente para o número de tituladas/os. Essa redução foi atribuída aos efeitos negativos da pandemia de Covid-19, com retração do número de tituladas/os e postergação nas defesas de teses.

Essa tendência aparece quando observamos a relação entre matriculadas/os e tituladas/os no Doutorado. Com um curso de 48 meses de duração, essa variação pode estar associada a 2 variáveis: número de entrada no Doutorado e tempo médio de titulação. O crescimento no tempo médio de titulação (TMT) expressa o cumprimento ou não do tempo definido pela Capes de 48 meses para quem recebe bolsa. Destacamos ainda o período pós-quadrinial (caso de 2017 – TMT de 52,9 meses) e o período pandêmico (2022), momento em que se atingiu o maior tempo médio – 55,2 meses. Esse tempo indica que um conjunto de doutorandas/os que deveriam ter defendido em 2021, tiveram extensão em seus prazos de defesa). Entretanto, segundo critérios da área 32, o TMT entre 48 e 60 meses é considerado muito bom pela área. Outra variável importante é a relação matriculadas/tituladas. Ela expressa o fluxo discente (entrada e saída de doutorandas). A relação entre matriculadas/os e tituladas/os no doutorado entre 1998 e 2023 indica que, em 2023 para cada 5,5 ingressantes ocorreu uma defesa (valor similar a outros anos

analisados). Contudo, a análise média da área não evidencia as diferenças regionais e intrarregionais.

A assimetria entre tituladas/os por regiões se expressam em números: 54% se concentram na região Sudeste (região com maior número de cursos de Doutorado – 7). É mister outras análises para refletir sobre o percentual da região Nordeste – 5 PPGs – mas com um percentual de 18%, inferior ao observado no Sul (4 PPGs e 19% das/os tituladas/os). Como apontamos anteriormente, essa assimetria também deve ser entendida pelo processo histórico heterogêneo da formação econômica brasileira, associado à desigual dinâmica regional entre os estados federativos, reflexos de um capitalismo periférico que foi se consolidando ao longo dos séculos, e tendo na região sudeste um espaço concentrador e centralizador da riqueza.

Apresentados os principais dados dos PPGs com doutorado da área, passamos a refletir sobre quem são nossas doutorandas.

### **3.2. Doutorandas/os da área de Serviço Social.**

As respondentes são, em sua maioria, mulheres (73%), com idades entre 25 e 69 anos (média de 37,7 anos e mediana de 37 anos), brasileiras (96,4%), 54,8% brancas, 42,9% negras, 0,9% indígena. Elas são graduadas em Serviço Social (68%), trabalhadoras (69%), sendo, principalmente, servidoras públicas regidas pelo Regime Jurídico Único (RJU) (72,2%), casadas (53%), com filhos (54% tinham filhos com idade entre 0 e 9 anos), com renda familiar entre 4 e 6 salários-mínimos (27,5%) e entre 2 e 4 salários-mínimos (23,5%). Mais da metade recebem bolsa de Doutorado (56,7%), sendo 75% dessas bolsas provenientes da Capes. O percentual de trabalhadoras que recebem bolsa entre as doutorandas é de 48%.

As respondentes fizeram o doutorado no mesmo programa que fizeram o Mestrado (45,2%) e levaram entre menos de 1 até 3 anos após conclusão do Mestrado para iniciar o Doutorado (56,9%). Em geral, esse intervalo entre o término do Mestrado e a entrada no Doutorado foi justificada pelo desejo de continuidade dos estudos.

Soube que teriam bolsas disponíveis e para não perder a motivação (entrevistada 26, 37 anos, casada, sem filhos branca)”.  
Por outro lado, o desgaste apareceu em relatos daquelas/es que levaram um intervalo maior entre o término do mestrado e a entrada no doutorado.

“A experiência do mestrado tinha sido muito desgastante, eu desejava viver a maternidade e para isso eu precisava buscar um trabalho estável e melhor remunerado [...] então optei por estudar para concursos públicos e a vaga que ocupo estabelece uma jornada de trabalho de 40h semanais o que inviabilizava incluir qualquer outra atividade na agenda” (entrevistada 67, 40 anos, casada, 2 filhos, branca).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Para 29% a razão principal para o adiamento foi o trabalho e a impossibilidade de conciliar com as demandas de estudo no Doutorado.

*“Necessidade de posicionamento profissional” (entrevistado 31, 50 anos, branco, casado, sem filhos).*

O insucesso no processo seletivo, associado a outros fatores, também apareceu entre as razões.

*“Problemas pessoais, dedicação a atuação profissional e três reprovações no processo seletivo” (Entrevistada 10, 40 anos, preta, solteira, não trabalha).*

Por fim, a questão da pandemia adiou para alguns o projeto de entrada no Doutorado.

*“A razão foi a dificuldade de retornar aos estudos após a pandemia” (entrevistado 53, 42 anos, casado, 1 filho, branco).*

O perfil das/os respondentes seguiu tendência observada entre tituladas/os – 50,5% residiam na região sudeste do Brasil. Esta concentração se expressa em outros indicadores, como na produção científica – 51,4% se concentram em 3 estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) (Dellagostin, 2023). A região sudeste reúne 42,1% dos cursos de doutorado com turmas ativas em julho de 2024 da área, tendência diferente da observada nos cursos de Mestrado (predomínio da região Nordeste). Essa concentração dos cursos de Doutorado segue a tendência do SNPG – 46,7% dos cursos neste nível se localizam na região Sudeste.

Além do desejo de continuar os estudos, a busca pela carreira docente e o aprimoramento profissional foram indicados pelas entrevistadas para fazer o Doutorado. Essas razões são similares às apontadas em outros estudos (Zaaba *et al.*, 2015; Chen; Chen, 2024).

*“No meu caso, por ter vínculo de trabalho que garante um percentual melhor de remuneração com o doutorado, pode ser um diferencial na decisão de ir para curso de doutorado na minha área de formação” (entrevistada 11, 38 anos, casada, com filhos, branca).*

A variável desemprego – e a bolsa como alternativa de renda – requer problematização. Mattos e Bianchetti (2011) afirmam que, ante a instabilidade do trabalho nas diversas formas manifestas, o alongamento de escolaridade com entrada na Pós-Graduação é uma das estratégias para enfrentar o desemprego. Destacamos, então, a questão financeira.

*“1º uma opção de renda para sobreviver (ter a bolsa); 2º conseguir um título que me ajude a ser mais competitivo nos concursos públicos voltados para assistentes sociais; 3º seguir carreira docente” (entrevistado 29, 33 anos, casado, com filhos, pardo).*

Sendo um grupo majoritariamente feminino, a questão de desemprego e maternidade compareceram:

*“Alternativa profissional para conciliar com a maternidade após licença maternidade é pedido de demissão do trabalho CLT como Assistente Social” (entrevistada 21, 34 anos, casada, 1 filho, parda).*



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Outra questão foi a demanda de cuidar de outrem. A pós-graduação, em geral, é buscada por mulheres em idade reprodutiva (88 pessoas tinham idade entre 25 e 40 anos).

*“Necessidade de trabalhar e cuidar das filhas” (entrevistada 35, 39 anos, casada, com filhos, branca).*

*“A maternidade durante o curso é uma questão que precisa urgentemente, ser discutida nos programas. Visando acolher e impulsionar as mães, e/ou mulheres que planejam ser mães, e não são amparadas desde a seleção, ou no processo de formação” (entrevistada 101, 33 anos, casada, com filhos, branca).*

Apenas em 2017, a Lei 13.536/2017 (Brasil, 2017) garantiu a suspensão das atividades acadêmicas por até 120 dias com a continuidade do recebimento da bolsa **em caso de maternidade ou adoção**. Em 2024, a Lei 14.925 alterou a lei de 2017, ampliando o prazo de 120 para 180 dias (Brasil, 2024). Mesmo que tardia, o reconhecimento desta demanda é parte de um processo de crescimento do número de mestres e doutoras no Brasil (CGEE, 2024). Entre 1996 e 2021 a participação feminina nos títulos de doutorado cresceu 11,3 pontos percentuais, sendo maioria dos títulos desde 2004.

Existem vários grupos e movimentos envolvidos neste debate: “Mamães na pós-graduação”, “Parent in Science”, o “Movimento Mulheres Acadêmicas – Gênero e Ciência”, entre outros. Essa defesa é essencial – 90% das pesquisas realizadas no Brasil são feitas no âmbito da pós-graduação e um pouco mais da metade das estudantes são mulheres. Assim, em uma sociedade machista, é um falso dilema colocar a decisão entre ser mãe e ser pesquisadora. Staniscuaski e outros (2023) destacam que no meio acadêmico, a parentalidade pode ser vista como um fator que pode comprometer o empenho e a dedicação das estudantes, especialmente das mulheres. Usualmente, as mulheres vivenciam diferentes formas de assédio (Clancy *et al.*, 2014), preconceito implícito (Eaton *et al.*, 2020), e, provavelmente o mais importante, a ocorrência da maternidade (Morgan *et al.*, 2021).

*“É um desafio reaprender a priorizar os meus estudos, sendo formada em uma sociedade onde a mulher ainda é a mais responsabilizada pelos trabalhos domésticos e cuidado dos filhos (entrevistada 35, 39 anos, casada, filhos, branca).*

Como parte dos processos de “reprodução social” o trabalho de cuidar foi historicamente associado às mulheres. Tal trabalho, constituído tanto de labor afetivo como de labor material e realizado sem pagamento, é indispensável para a sociedade (Fraser, 2020). Assim, além do cuidar de si e das/os filhas/os, essas mulheres referiram cuidar de genitores.

*“Estava cuidando do meu pai que foi acometido de uma parada cardiorrespiratória e precisou de cuidados intensos e integrais por um bom tempo, depois, em decorrência das dificuldades, adoeci mentalmente” (entrevistada 66, 33 anos, solteira, sem filhos, branca).*



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Pressionadas por demandas de estudo, carreira, filhos e família, as *experiências* negativas pretéritas apareceram como razões para justificar intervalos maiores entre o término do Mestrado e o início do Doutorado.

*“[...] tentar romper com os traumas do mestrado”* (entrevistada 8, 42 anos, casada, sem filhos, preta).

A palavra trauma sintetizava um conjunto de situações que retratavam um conjunto de barreiras nem sempre visibilizadas ou debatidas pela academia.

#### **a) assédio:**

O tema assédio moral na pós-graduação ganhou destaque nas últimas décadas, decorrente da intensificação e degradação das condições do trabalho, da alta competitividade e pela busca desenfreada pela produtividade a qualquer custo (Nunes, 2022). Pesquisa de Nunes (2016) descreveu situações que tem favorecido tais práticas, entre elas, destacamos a impunidade ou a falta de punição para assediadores; as diferenças entre as categorias docente, técnico e discente.

*“Passei por um período muito difícil no mestrado, uma relação de assédio do meu então orientador, que me fez ter que trocar a orientação ao final do processo. Isso me fez desistir da carreira acadêmica [...] Minha experiência de pós-graduação em Serviço Social se transformou de sonho em um grande pesadelo e atualmente só quero acabar o doutorado, na medida em que não posso abandonar por ter recebido bolsa e não ter como devolver o valor”* (Entrevistado 50, 33 anos, solteiro, branco).

#### **b) saúde mental:**

Conciliar trabalho, estudo, lazer e família pode ser sintetizada na expressão falta de tempo. O tempo disponível nem sempre é o tempo necessário para o conjunto das atividades decorrentes do Doutorado, da atividade laboral e as demandadas pela família. Sem tempo livre, estamos sempre atrasadas, apressadas e ‘correndo atrás da máquina’. A vida sem intervalos, típica do capitalismo, provoca sofrimentos, adoecimento e desamparo. Esta variável é recorrente em nossa amostra: 69% de trabalhadoras.

*“Acredito que a saúde mental, ansiedade, angústia, prazos... Mas também entendo que grande parte dessas questões, no meu caso, estão atreladas a ter que conciliar os estudos com o trabalho. Me sinto triste por não ter mais tempo de me dedicar aos estudos. Ou então de estar bem mentalmente, no tempo que possuo, para me dedicar como eu gostaria”* (entrevistada 100, 33 anos, solteira, sem filhos, branca).

Parte das/os estudantes ingressaram no período pandêmico. Corrêa e outros (2022) identificaram que os níveis de estresse, ansiedade e dificuldade para dormir foram problemas recorrentes entre estudantes da pós-graduação entre 2020-2021, sendo que 33,35% necessitaram procurar atendimento psicológico; 16,91% necessitaram de medicação para ansiedade e antidepressivos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

### c) o baixo valor da bolsa:

Como vimos, o valor das bolsas não acompanhou a inflação das últimas décadas, perdendo significativamente seu poder de compra. Isso interfere sobre a permanência e conclusão dos estudos.

*“Desafio de se manter com uma bolsa de baixo valor tendo necessidades que precisam ser sanadas, desde alimentação a custear aluguel”* (entrevistada 86, 43 anos, casada, filhos, preta).

Além disso, a redução na contratação de docentes do Ensino Superior impacta sobre a trajetória de doutoramento. Dados do Censo da Educação Superior do INEP de 2017 indicavam que o número de professores na educação superior no Brasil cresceu 27%, enquanto o número de alunas/os matriculadas/os foi de 65% no período entre 2006-2016 (INEP, 2017).

*“[...] ser doutor(a) hoje em dia não é mais uma garantia de retorno financeiro devido a pouca vaga para absorver esses profissionais, o que desanima também a prosseguir estudos [...]”* (entrevistada 11, 38 anos, casada, filhos, branca).

Outro aspecto a ser destacado é o pouco ou nenhum incentivo a servidoras municipais e estaduais por titulação. Considerando o perfil das assistentes sociais, quase 60% delas estão empregadas no setor público (59,8%), com predominância da esfera municipal (43,59%), seguida da estadual (11,01%) e federal (5,20%) (CFESS, 2022). Isso apareceu retratado nas incertezas quanto a obter alguma liberação para cursar o Doutorado.

*“[...] conseguir licença para terminá-lo têm sido os maiores desafios”* (entrevistada 40, 45 anos, casada, com filhos, branca).

### d) período pandêmico:

Estudo Corrêa e outros (2022) destacou o impacto da pandemia entre estudantes da Pós-Graduação, tais como incerteza, medo e perdas, associado a um contexto marcado por pressão e cumprimento de prazos.

*“Minha inserção no doutorado se deu durante a pandemia por Covid-19, em março de 2020 e considero que este marcador afetou meu percurso, dentre outras razões pela necessidade (justificada) de assistir as aulas remotamente. Avalio que o distanciamento necessário para o período pandêmico ocasionou, para mim, a sensação de não aproveitar o suficiente as trocas e debates, como faria caso estivéssemos no ensino presencial, tornando a jornada mais solitária, apesar dos esforços do corpo docente para suprir esta lacuna”* (entrevistada 18, 50 anos, casada, filhos, parda).

O ensino remoto impactou a vida de todas – docentes, discentes e técnicos das instituições de ensino – como retratado pela entrevistada 18. As exigências postas pelas tecnologias digitais; dificuldades de interação entre docentes e discentes; comprometimento nas agendas de pesquisa; dificuldade de acompanhamento das aulas; angústias e medos próprios do período de pandemia,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

se somaram aos estresses do estudo e do trabalho (Elias; Alves, 2022) e comprometeram o processo de formação neste nível. Outros aspectos precisam também ser destacados: as complicações decorrentes da condição de ser estrangeira e estar a milhares de quilômetros de seu país.

*“É desafiador cursar doutorado na pandemia e após da pandemia sem possibilidade de apoio psicológico e de assistência, apenas bolsa e RU não cubre as necessidades dos estudantes de pós-graduação”* (entrevistada 39, 47 anos, venezuelana, solteira, branca).

#### e) **barreiras geográficas:**

A assimetria e a desigualdade social e econômica é um dos grandes desafios para um país com dimensões continentais, que incidem sobre o sistema de pós-graduação no país, concentrando maiores incentivos nas regiões Sudeste e Sul. Quanto a concentração nos maiores centros urbanos, a região Sudeste detém 42,9% dos programas, o Sul possui 21,5%, o Nordeste 20,8%, o Centro-Oeste 8,6% e o Norte 6,2% (CGEE, 2024). Isso traz o desafio do deslocamento das/os discentes entre suas residências e os PPGs.

*“Mudança de residência [do norte para o centro-oeste] foi e está sendo desafiador”* (Entrevistada 102, 51 anos, parda, casada, 4 filhos adultos, estatutária).

Por fim, as/os doutorandas/os do PPGSS da PUC/RS nos lembraram do impacto do fechamento do curso de excelência na área. Tal impacto incide sobre a vida no presente e no futuro de discentes e docentes.

*“O fechamento do PPG da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, tem impactado negativamente na subjetividade dos estudantes”* (Entrevistado 105, 37 anos, solteiro, pardo).

#### **4. Conclusão**

Neste trabalho, expusemos uma análise preliminar de um conjunto amplo de dados que ainda estão em processo de coleta. Assim, as reflexões apresentadas trouxeram um conjunto de variáveis que requerem aprofundamento em estudos posteriores.

Entre as motivações para a realização do Doutorado em Serviço Social, a busca por aprimoramento profissional se defronta com as limitações impostas pelo trabalho ou pela limitação da bolsa de estudos. O desejo da carreira docente se depara com a redução na oferta de novas vagas para docentes no ensino superior.

Além disso, é mister explorarmos situações de adoecimento mental e assédio dos alunos de pós-graduação em Serviço Social, aqui relatados. As vozes retratadas no texto expressam o imperativo do aprofundamento deste debate.

#### **Referências**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ANASTAS, J.W; KUERBIS, A.N. Doctoral education in social work: what we know and what we need to know. **Soc Work**, v. 54, n. 1, p. 71-81, 2009. Doi: 10.1093/sw/54.1.71. PMID: 19205259.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

ACQUAVITA, S. P.; TICE, C. J. Social work doctoral education in the United States: examining the past, preparing for the future. **Social Work Education**, v. 34, n.7, p. 846–860, 2015. <https://doi.org/10.1080/02615479.2015.1053448>.

BRASIL. **Relatório de atividades** - CAPES 1988. Brasília: DF, 1989. Disponível: [https://memoria.capes.gov.br/uploads/r/coordenacao-de-aperfeicoamento-de-pessoal-de-nivel-superior-capes/9/f/e/9fed6297cb9ce0affecfe35adf65b4326da1b947c260097c8c60d573472913c7/Relat\\_rio\\_de\\_Atividades\\_-\\_1988.pdf](https://memoria.capes.gov.br/uploads/r/coordenacao-de-aperfeicoamento-de-pessoal-de-nivel-superior-capes/9/f/e/9fed6297cb9ce0affecfe35adf65b4326da1b947c260097c8c60d573472913c7/Relat_rio_de_Atividades_-_1988.pdf)

\_\_\_\_\_. **Lei complementar no. 101**, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: DF, Casa Civil, 2000. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional no. 95**, que Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Casa Civil. Brasília: DF, 2016. Disponível: [Emenda Constitucional nº 95 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/const/const_2016/000095.htm)

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional da Pós-Graduação 2024-2028** – versão preliminar para consulta pública. Brasília: DF, CAPES/Ministério da Educação, 2023. Disponível: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023\\_pnpg\\_2024\\_2028.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf)

\_\_\_\_\_. **Lei 14.925**, de 17 de julho de 2024, Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção. Brasília: DF, Casa Civil. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14925.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14925.htm)

CAPES. **Relatório de avaliação da área de Serviço Social**. Quadrienal 2017. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-servico-social-quadrienal-pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.

\_\_\_\_\_. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília; DF, 2022. Disponível: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2023.

CGEE. **Brasil: Mestres e doutores 2024**. Brasília: DF, 2024. Disponível: <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br/>. Acesso em 15/07/2024.

CHEN, G.; CHEN, J. A study of postgraduate students' research training environment and innovation capabilities: The mediating role of academic interest and aspiration. **Innovations in Education and Teaching International**, p. 1-14, 2024. <https://doi.org/10.1080/14703297.2024.2325005>



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

CLANCY, K. *et al.* Survey of academic field experiences (SAFE): trainees report harassment and assault. **PLoS One**. 2014, v.16, n. 9(7):e102172. doi: 10.1371/journal.pone.0102172. PMID: 25028932; PMCID: PMC4100871.

CORRÊA, R.P. *et al.* The perceptions of Brazilian postgraduate students about the impact of COVID-19 on their well-being and academic performance. **International Journal of Educational Research Open**, v. 3, 2022, 100185.

DELLAGOSTIN, O. **O Financiamento da CT&I no Brasil**. Palestra realizada na Fapes em 23 de março de 2023. Disponível: [https://fapes.es.gov.br/Media/fapes/DocumentosGerais/Odir-Dellagostin-CONFAP%20\(1\)\\_Mar%C3%A7o%20de%202023.pdf](https://fapes.es.gov.br/Media/fapes/DocumentosGerais/Odir-Dellagostin-CONFAP%20(1)_Mar%C3%A7o%20de%202023.pdf). Acesso: 10/06/2024.

EATON, A.A. *et al.* How Gender and Race Stereotypes Impact the Advancement of Scholars in STEM: Professors' Biased Evaluations of Physics and Biology Post-Doctoral Candidates. **Sex Roles** 82, p. 127–141, 2020. <https://doi.org/10.1007/s11199-019-01052-w>

ELIAS, M.; ALVES, E. Desafios da formação profissional em Serviço Social no contexto brasileiro da pandemia da covid-19. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 144, p. 71-90, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INÁCIO, Letícia; FERREIRA, Luciana da S.; RODRIGUES, Roberto de S. *Educação superior no Brasil: o impacto do "Teto dos Gastos" no orçamento das universidades federais*. **Revista de Políticas Públicas**, v. 28, n. 1, p. 339–359, 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **Censo da Educação Superior**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

LEE, M. Y., *et al.* *Current Landscape of Doctoral Education in Social Work: A Look at the PhD and DSW Programs*. **Journal of Social Work Education**, v.59, n. 3, p. 727–743, 2023. <https://doi.org/10.1080/10437797.2023.2203195>

LIGHTFOOT, E.; Zheng, M. A Snapshot of the Tightening Academic Job Market for Social Work Doctoral Students. **Journal of Social Work Education**, v. 57, n 1, p. 165–172, 2020. <https://doi.org/10.1080/10437797.2020.18178262020>.

MARINGONI, G. Cortando na carne – Redução de verbas para bolsas de pós-graduação pode comprometer futuro da pesquisa no país. **Revista ADUSP**, 1998.

MATTOS, V. B.; BIANCHETTI, L. Educação continuada: solução para o desemprego? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1167-1184, out.-dez. 2011. Disponível: <https://www.scielo.br/j/es/a/NMWNtTbpjW4McRrs7xLY7Nc/?format=pdf&lang=pt>

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MORGAN, A.C. *et al.* The unequal impact of parenthood in academia. **Sci. Adv.**7, eabd1996(2021). DOI:[10.1126/sciadv.abd1996](https://doi.org/10.1126/sciadv.abd1996)

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, 2005.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

\_\_\_\_\_. III CBAS: Algumas Referências para a sua Contextualização. In: CFESS (organizador), **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012. Observatório Do Conhecimento. Relatório completo disponível em: file:///C:/Users/alicem/Downloads/balanco-orcamento-do-conhecimento-ploa2024-completa-web.pdf, acessado em dezembro de 2023.

NUNES, T. S. **A influência da cultura organizacional na ocorrência do assédio moral no trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina** (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, 2016.

\_\_\_\_\_. Assédio Moral na Pós-Graduação: Práticas e Elementos Culturais Propiciadores. **Administração Pública e Gestão Social**, 2022, vol. 14, núm. 1, sem paginação.

PEREIRA, L. D. **Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. Tese (Doutorado em Serviço Social), UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2007.

RIBEIRO, D.B.; OLIVEIRA, E.F.A.; GARCIA, M.L.T. Retrocessos no financiamento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: o caso do CNPq. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 3, 2023. Doi: 10.1590/0101-6628.326.

SANTANA, Joana Valente; STAMPA, Inez; CARVALHO, Denise B. B. A pós-graduação em Serviço Social no contexto ultraneoliberal. In: JOAZEIRO, Edna M. G.; GOMES, Vera B. (orgs.). **Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 63-86.

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, M. O. da S.; CARVALHO, D. B. B. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 4, n. 8, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2007.v4.129. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/129>. Acesso em: 9 jul. 2024.

STANISCUASKI, F et al. It is not just a field on a form: maternity on the Sucupira Platform. **An Acad Bras Cienc.**, v 95, n. 2, 2023: e20230135 DOI 10.1590/0001-3765202320230135

YAZBEK, Maria Carmelita; BRAVO, M. I.S.; RAICHELIS, Raquel Raichelis. Editorial 40 anos da 'Virada' do Serviço Social: história, significados. **Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 407-415, set. 2019.

ZAABA, Z. et al. Postgraduate Research Completion: Student expectation and inspiration. **Procedia - Social and Behavioral Sciences** n. 202, p. 181 – 188, 2015.